


## A EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DE AVANÇO NEOLIBERAL, NEOCONSERVADOR E NEOFASCISTA: A CONJUNTURA ATUAL E OS DESAFIOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

**Dra. Vera Maria Vidal Peroni**  0000-0001-6543-8431

**Me. Paula Valim de Lima**  0000-0002-1798-7476

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

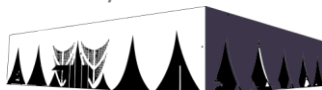
**RESUMO:** O artigo analisa as disputas entre público e privado na educação básica brasileira, considerando as particularidades do capitalismo neste período histórico, de avanço neoliberal, neoconservador e neofascista, verificando de que forma estes projetos societários influenciam na política educacional e na educação pública. As análises apontam para um processo de perdas democráticas na educação diante de um processo de fortalecimento do privado na educação pública, seja vinculado ao neoliberalismo e os valores de mercado e empreendedorismo; ou em uma perspectiva neoconservadora associada a propostas de ataque ao ensino público no âmbito ideológico. Trata-se de projetos societários em disputa, que se modificam conforme a correlação de forças. Para o próximo período, nesse sentido, o grande desafio que se apresenta é o fortalecimento do público e a democratização da educação e da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Privatização da Educação; Democratização; Neoconservadorismo.

## BASIC EDUCATION IN THE CONTEXT OF NEOLIBERAL, NEOCONSERVATIVE AND NEOFASCIST ADVANCEMENT: THE CURRENT SITUATION AND CHALLENGES FOR THE DEMOCRATIZATION OF EDUCATION

**ABSTRACT:** The article analyzes the disputes between public and private in Brazilian basic education, considering the particularities of capitalism in this historical period, of neoliberal, neoconservative and neofascist advances, verifying how these societal projects influence educational policy and public education. The analyzes point to a process of democratic losses in education in the face of a process of strengthening the private sector in public education, whether linked to neoliberalism and market values and entrepreneurship; or in a neoconservative perspective associated with proposals to attack public education in the ideological sphere. These are corporate projects in dispute, which are modified according to the volunteering of forces. For the next period, in this sense, the great challenge that presents itself is the strengthening of the public and the democratization of education and society.

**KEYWORDS:** Privatization of Education; Democratization; Neoconservatism.



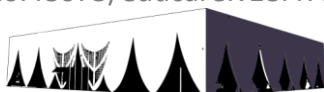
## 1 INTRODUÇÃO

Este texto faz parte de uma pesquisa que analisa as relações entre o público e o privado na educação em países latino-americanos e as implicações para a democracia. Destacamos o conceito de *relação* entre público e privado, enquanto disputa entre projetos societários, a partir da compreensão de que público e privado configuram disputas históricas, em que a concepção de público incorpora a noção de um projeto democrático e coletivo, enquanto o privado se refere ao projeto do capital.

A educação se insere nesse processo como um instrumento de formação social, na medida em que se relaciona intimamente aos processos sociais mais abrangentes de reprodução (MÉSZÁROS, 2008). Trata-se, assim, de um processo histórico e contínuo de correlação de forças (GRAMSCI, 1989), materializado pela ação de sujeitos individuais e coletivos (THOMPSON, 1981) que atuam em relação, perpassando Estado e sociedade civil (PERONI, 2021). Atravessados por interesses de classe (THOMPSON, 2012), esses sujeitos atuam na inserção de seu projeto educativo de diferentes maneiras, da política educacional ao interior da escola.

As disputas entre público e privado ocorrem em um período particular do capitalismo. A análise do movimento do real permite observarmos os diferentes sujeitos, cuja influência se fortalece ou diminui conforme as correlações de forças. Sujeitos vinculados ao mercado, historicamente presentes no debate educacional, seguem influenciando a pauta educativa a partir de seus interesses, mas têm, neste último período, seu espaço de protagonismo disputado e/ou compartilhado com sujeitos vinculados a interesses neoconservadores e neofascistas.

São particularidades do capital com graves implicações para os direitos sociais e a democracia, aqui entendida como síntese das ideias de Vieira (1998), Mézáros (2002) e Wood (2003) como a “materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social” (PERONI, 2013, p. 1021).

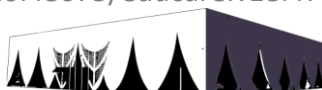


Para Evaldo Vieira (1998), os direitos nascem historicamente nas lutas sociais, “não há estágio democrático, mas há processo democrático pelo qual a vontade da maioria ou a vontade geral vai assegurando o controle sobre os interesses da administração pública”, assim, “qualquer conceito de democracia e há vários deles, importa em grau crescente de coletivização das decisões. [...] quanto mais coletiva é a decisão, mais democrática ela é” (VIEIRA, 1998, p. 12). Para Mészáros (2002) uma sociedade para além do capital, deve ter o protagonismo dos sujeitos com foco no processo e não no produto, reforçando, na construção de políticas, a não separação entre quem pensa e quem executa: “[...] programas e instrumentos de ação sociopolíticos verdadeiramente adequados só podem ser elaborados pela prática social crítica e autocrítica no curso do seu efetivo desenvolvimento” (2002, p. 1008). Para Wood (2003), o mundo material é um produto histórico, em que as relações de produção tomam formas jurídicas e políticas particulares. Assim, incorporamos a ideia de materialização de direitos em políticas educacionais como parte do conceito de democracia.

O texto está organizado em duas seções. Na primeira, desenvolvemos uma análise da conjuntura neste período particular do capitalismo, em que ocorre a disputa por projetos societários vinculados ao neoliberalismo, neoconservadorismo e neofascismo, e como a educação atravessa estas disputas, materializando diferentes perspectivas na direção da construção destes projetos. A segunda seção apresenta os desafios para a educação, com foco no processo de democratização da educação e da sociedade, e a importância da formação e valorização de professores como eixo central desse processo.

## **2 A CONJUNTURA EDUCACIONAL ATUAL: PERÍODO PARTICULAR DO CAPITALISMO E CORRELAÇÃO DE FORÇAS NA EDUCAÇÃO**

Propomo-nos, neste texto, a contribuir com questões que permitam a análise do contexto que ora se apresenta na realidade nacional, considerando o lugar que ocupa a educação neste processo. Partimos do conceito de período particular do



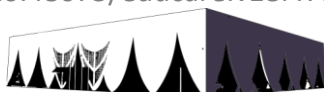
capitalismo (LUKÁCS, 1978), a partir do qual afirmamos, em primeiro lugar, o próprio capitalismo, a partir do qual afirmamos, em primeiro lugar, o próprio capitalismo. Não se trata de um pós-capitalismo, como sugerem alguns autores, mas de um capitalismo cujas estratégias de manutenção se atualizam, mas sem perder de vista o objetivo final de acumulação de capital.

Buscamos analisar, portanto, as particularidades do capital neste período histórico – neoliberalismo, neoconservadorismo e neofascismo, considerando a política educacional como a materialização das mudanças que ocorrem no movimento do real da sociedade, com as especificidades no papel do Estado para com as políticas educacionais. Isto é, a relação entre o público e o privado na política educacional é parte de um período particular, ao mesmo tempo em que materializa este período, assim como outras políticas sociais e econômicas.

## 2.1 Neoliberalismo e empreendedorismo

O período pós-crise de 2008 se caracteriza por uma nova forma neoliberal radicalizada, constituindo o que Laval e Dardot (2017) qualificam como um dos fenômenos mais importantes do período em que vivemos. Diante da crise, contrariando prognósticos de seu enfraquecimento, o neoliberalismo se radicaliza, graças a uma lógica de autoagravamento desta. Significa dizer que o neoliberalismo se alimenta da crise, reduzindo a proteção social e retirando direitos, com vistas a reforçar o poder do capital. Este processo apresenta graves consequências para os direitos sociais, distanciando-se cada vez mais de qualquer “preocupação democrática social com a igualdade, a democracia e as solidariedades sociais” (HARVEY, 2014, p. 190). Neste contexto, ocorre o fomento a políticas de competitividade, e a ação do indivíduo, a partir disso, detém protagonismo em relação à ação do Estado.

Nesse sentido, este novo neoliberalismo apresenta implicações para a relação capital-trabalho, reorganizando algumas de suas dinâmicas a partir do referencial do empreendedorismo (PUELLO-SOCARRÁS, 2008). O Estado redefine seu papel,



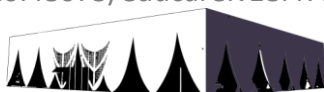
migrando da perspectiva de Estado mínimo para Estado empresarial, em que deixa de ser executor de políticas sociais e assume para si a lógica do mercado.

O Estado empreendedor, assim, redefine as relações entre o público e o privado. Estado e Mercado, antes tratados como antagônicos, são agora concebidos como estruturas compatíveis e complementares. E os cidadãos, nessa perspectiva, assumem ao mesmo tempo as posições de empreendedor e de cliente, de tal modo que se tornam a fonte de seus próprios direitos, que não podem ser garantidos se não por meio do mercado (PUELLO-SOCARRÁS, 2008).

A defesa da iniciativa empreendedora e da livre competição sob a lógica da garantia de qualidade é assumida também na área educacional. Cada vez mais, a privatização torna-se pauta central nas discussões das políticas educacionais por parte dos sujeitos vinculados ao mercado. A educação é considerada um produto, que deve ser permeada pelos mesmos preceitos de competição e meritocracia. Estes preceitos permitem ao Estado empreendedor, e à lógica neoliberal de modo mais abrangente, operar com a responsabilização dos indivíduos pelo seu sucesso ou fracasso, desconsiderando fatores sistêmicos estruturais (HARVEY, 2014).

Há, assim, um deslocamento de propostas societárias com princípios coletivos e democráticos para o individualismo (PERONI, 2020). Isso se insere na educação pública também por meio da discussão do currículo, mais explicitamente em projetos voltados especialmente à formação da juventude, com destaque às políticas para o Ensino Médio, em que se busca “influenciar seus modos de pensar, agir e sentir, para que o jovem atue como protagonista na produção e reprodução de valores do mercado para a construção dessa nova sociedade” (PERONI; CAETANO; LIMA, 2021, p. 11).

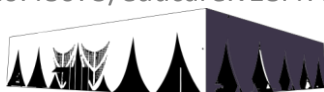
Movimentos empresariais impulsionam este discurso, em um processo de privatização do conteúdo da educação que busca atender os interesses do capital, colocando o mercado como a única solução possível para os problemas da educação e a gestão empresarial como a única alternativa de sucesso (ROSSI; BERNARDI; UCZAK, 2017). Analisamos que este processo de materialização do privado no público pode ocorrer de diferentes formas: via direção como é o caso do



Movimento Todos Pela Educação e Movimento Pela Base, que disputam a pauta educativa, assim como a censura vivida através do movimento Escola sem Partido entre outros. via execução, quando o privado assume a oferta educacional como ocorre nas creches conveniadas; ou via direção e execução ao mesmo tempo, como no caso das parcerias entre sistemas públicos e instituições privadas com ou sem fins lucrativos.

Os grupos privados atuam na educação pública brasileira disputando a política educacional e as diretrizes da educação, e paralelamente buscando influenciar os processos desenvolvidos no interior da escola, “mais especificamente no conteúdo da educação e sua materialização, a partir de bases gerencialistas e da lógica de mercado” (BERNARDI; UCZAK; LIMA, 2021, p. 94). Assim, os valores de mercado são inseridos como conteúdo na educação brasileira e ao mesmo tempo exercem influência na forma de organização da educação e da política educacional, com centralidade no argumento da privatização e desestatização da educação.

Além dos sujeitos vinculados ao mercado, também disputam influência no conteúdo da educação brasileira e na política educacional sujeitos coletivos vinculados a movimentos políticos, entidades, *think tanks*, associações e grupos de interesses específicos (LIMA, 2020) que evidenciam outra face do discurso privatizador na educação: a chamada guerra cultural, uma ideia que se fortalece nos últimos anos, em torno de um discurso neoconservador com características neofascistas, orientando a ação de sujeitos que travam disputas morais e ideológicas no terreno da escola. Os discursos de oposição ao marxismo cultural, à doutrinação ideológica, ao gramscismo e outros termos cunhados para representar o inimigo a ser combatido dentro das escolas, posiciona-se contrária ao discurso de direitos, democracia e justiça social que ganhou espaço no período de abertura democrática. O controle estatal sobre a educação é acusado como principal ferramenta da esquerda para implementar seu projeto doutrinário. Em contrapartida, fomenta-se a privatização da escola e o fim do controle da educação pelo Estado.

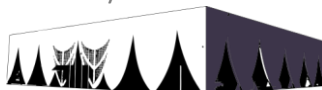


## 2.2 Neoconservadorismo e neofascismo

Neoconservadorismo e neofascismo são entendidos como projetos societários vinculados ao capital (novas formas autoritárias do capitalismo), em correlação de forças sociais com projetos distintos, cuja manifestação tem em comum dois pontos centrais: são movimentos reacionários e emergem em momentos de crise. No caso brasileiro, a leitura do período histórico em que assumem o protagonismo ora verificado, reforça esta tese.

Em relação ao seu caráter reacionário, cabe destacar que estes movimentos se apresentam como reação a dois aspectos distintos. Por um lado, à lógica neoliberal que fomenta a competição permanente entre sujeitos sociais e o individualismo exacerbado, acarretando a dissolução dos laços de solidariedade social, provocando desordem e caos social (HARVEY, 2014). Laval (2017) argumenta que se trata de uma forma de captura dos ressentimentos e frustrações sociais que o próprio neoliberalismo suscitou: em uma lógica dialética perversa, as reações negativas ao neoliberalismo são capturadas por correntes da extrema direita (e não pela esquerda, como se suporia) e por elas são exprimidas na sociedade. A este movimento o autor chama momento hiper-autoritário do neoliberalismo, que assume características fascistas. Pode-se dizer, nesse sentido, que neoconservadorismo e neofascismo são reações à direita de uma ação da própria direita neoliberal.

Por outro lado, estes movimentos reagem também negativamente aos avanços societários que ocorreram apesar do neoliberalismo individualista e competitivo: desde a Constituição de 1988, passando pelas políticas dos governos petistas nos anos 2000 (em um contexto de avanço dos movimentos por direitos civis pós-ditaduras em muitos países da América Latina), a defesa e promoção de direitos humanos e o combate à desigualdade sustentaram programas sociais e avanços legislativos significativos, na direção da justiça social. Neste contexto,

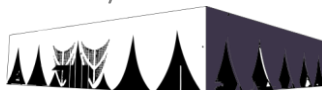


mulheres, LGBTs, negros, indígenas e outros grupos historicamente marginalizados passam a receber atenção governamental e são reconhecidos como sujeitos de direitos. Estas políticas, embora respondessem às demandas de grande parcela da sociedade, causaram incômodo às classes dominantes. Este incômodo, por meio da atuação qualificada de grupos ativistas neoconservadores, foi transferido progressivamente para as bases populares. O reacionarismo político-cultural, nesse sentido, ganha destaque nas disputas políticas via Estado e sociedade civil.

Além disso, o aspecto da crise também é relevante, pois permite a emergência destes movimentos com forte apelo societário, promovendo-se como estratégias de superação da crise. Novamente é necessário remeter ao neoliberalismo para compreender este processo. Conforme apontado na seção anterior, o período pós-crise de 2008 se caracteriza por uma nova forma neoliberal radicalizada. Contrariando prognósticos de seu enfraquecimento diante da crise, o neoliberalismo se radicaliza: ele se alimenta da crise, reduzindo a proteção social e retirando direitos, com vistas a reforçar o poder do capital.

No Brasil dos anos 2010, não somente a crise global estrutural do capital aguçou a articulação de grupos neoconservadores e neofascistas, mas também a crise política que se constituiu em torno das denúncias de corrupção dos governos petistas, materializada pela operação Lava-Jato, em uma disputa política que fomentou a descrença nas instituições, partidos e figuras políticas. A cruzada anticorrupção, conforme amplamente constatado, configurou-se como ferramenta de ataque à esquerda (construção do antipetismo), abrindo espaço para o crescimento de uma extrema direita, que assume protagonismo político em nível nacional.

Boito (2020) chama atenção para o fato de que o fascismo busca responder à crise econômica e política, muito embora as bases econômicas do capitalismo permaneçam as mesmas. No mesmo sentido, Gramsci (1974) aponta a fascistização como um processo de aguçamento da luta capitalista. O autor faz a análise do fascismo vinculado ao capitalismo, que tem como meta desagregar a classe

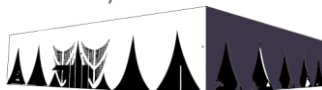




trabalhadora, numa perspectiva de avanço capitalista. Foi o que ocorreu no Brasil: esteira das políticas neoliberais de redução de direitos dos trabalhadores do Governo Temer, como a Emenda Constitucional do teto de gastos, a Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização, se somam, já no Governo Bolsonaro, as Reformas da Previdência e Administrativa (LIMA, 2020). Os dados apontam para a relação do fascismo com o avanço do capitalismo, vinculado a uma pauta econômica, de modo que o fascismo não pode ser compreendido apenas como uma perspectiva do campo moral.

A culpa pela crise econômica é direcionada ao Estado, a partir do entendimento de que, por meio da interferência na economia e a promoção de políticas sociais, além de desestimular o trabalho e enfraquecer a produtividade, “o Estado passou a perseguir um igualitarismo pervertido e abstrato e para isso usurpou o lugar da família, da igreja e da comunidade, enfraquecendo esses laços, supostamente, naturais” (MOLL NETO, 2015, p. 55). Assim, responsabilizando os governos de esquerda e os avanços sociais entre grupos historicamente marginalizados pela decomposição do tecido social que culminou na crise, surgem movimentos neoconservadores que assumem pública e abertamente posicionamentos anti-direitos, já que consideram as políticas de bem-estar social e avanço dos movimentos feministas, LGBT e por direitos como responsáveis pelos problemas atuais (MOLL NETO, 2015). Se a crise, conforme argumentam os ideólogos da extrema direita, é resultado da erosão moral, da destruição da família e da religiosidade e do excesso de intervenção estatal na vida privada dos indivíduos, sua superação passa, naturalmente, pela ação contrária: fortalecer a família e a religião, limitar a ação do Estado e as políticas sociais para, assim, reconstruir valores societários tradicionais, supostamente naturais.

Esta reação cimentou uma mentalidade neoconservadora que tornou possível a coalizão entre diferentes tradições políticas, sintetizadas por Lacerda (2019) como o livre mercado, o idealismo punitivo, o anticomunismo e os valores da direita cristã. Almeida (2017), na mesma direção, sistematiza este novo conservadorismo a partir de quatro linhas de força: econômica, securitária,



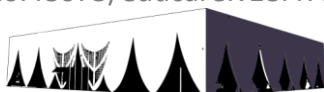
interacional e moral. Na educação, estes pontos se apresentam de diferentes formas e se materializam por meio de diferentes estratégias e formas de privatização da e na educação (RIKOWSKI, 2017).

No Brasil, a organização da extrema direita tem suas origens no período de abertura democrática (ROCHA, 2021) e sua atuação atravessa Estado e Sociedade Civil. Mais recentemente, com Jair Bolsonaro no comando do Executivo nacional, assistimos ao fortalecimento da institucionalização de seus pressupostos, em um governo caracterizado como governo-movimento que foca na agitação e produção de ruído pelas bases, além do enfrentamento e a deslegitimação das instituições e de outros atores políticos (COUTO, 2021).

O governo Bolsonaro, nesse sentido, é caracterizado como um governo fascista, ao mesmo tempo em que constitui (e é constituído por) um movimento fascista (BOITO, 2020) e a partir de sua proposta de antipolítica, que se materializa na depreciação de adversários políticos, no desmantelamento de políticas públicas e na intimidação dos poderes que buscam resistir à política de destruição, “representa uma nova forma de conservadorismo ideológico e anti-institucional, que abandona a premissa de governo virtuoso em troca da ideia de destruição das estruturas sociais do Estado e das bases públicas de uma política de esquerda” (AVRITZER, 2021, p. 18).

Nesta direção, analisamos, dialogando com Pachukanis (2020), o fascismo como o Estado dentro do Estado, ressaltando assim, a fascistização do Estado como um processo. Daí advém a importância de agregar o neofascismo à análise do caso brasileiro, ressaltando, ainda, que a violência é um elemento chave do neofascismo, uma característica que o diferencia em relação ao neoliberalismo e neoconservadorismo: seu objetivo declarado é eliminar o adversário. O fascismo, diferente de outras formas autoritárias do capitalismo, se caracteriza por seu viés eliminacionista e de mobilização do medo (POGGI, 2019, p. 74).

Foi o que observamos na composição do governo federal e na atuação de alguns ministérios, com destaque aos do campo da educação e cultura, plataformas ideológicas do bolsonarismo (OLIVEIRA, 2020). A ameaça da guerra

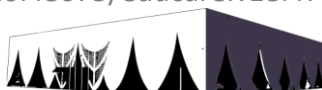


cultural e da destruição da tradição e dos valores supostamente naturais pavimentam um terreno de medo, ao mesmo tempo em que abre espaço para um projeto regenerador e salvacionista (POGGI, 2019). Para fazer frente à temerosa batalha cultural, o governo Bolsonaro se cercou de figuras que se mostraram antagônicas a suas próprias funções, a exemplo de uma antifeminista à frente da pasta responsável pelos direitos das mulheres.

Também nessa direção, manifestações de Jair Bolsonaro expressam a compreensão de que não basta se contrapor ao projeto político adversário – é preciso, conforme aponta Poggi (2019), eliminar os divergentes (oposição política) e diferentes (grupos subalternizados):

Dentre algumas de suas muitas declarações de cunho claramente antidemocrático, podem-se mencionar os seguintes exemplos: [...] “Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria” (2018); “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre” (2018); “Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem” (2017) (DUARTE; CÉSAR, 2020, p. 6).

Estes exemplos remetem à lógica fascista de divisão entre nós e eles, sendo “nós” os cidadãos legítimos, produtores e “eles” os criminosos, sem lei, preguiçosos, parasitas do Estado de Bem-estar (STANLEY, 2018). Stanley (2018) ainda ressalta como principais características da política fascista: o resgate a um passado mítico, a propaganda, o Anti-intelectualismo, a irrealidade e a hierarquia, a vitimização, a lei e ordem, a ansiedade sexual, os apelos à noção de pátria, a crítica ao comunismo, entre outras; muitas das quais atravessam a educação, redefinindo seus sentidos e propostas.

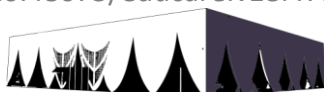


## 2.3 Materialização na educação: distintas formas de privatização do público

As perspectivas societárias do neoliberalismo e neoconservadorismo, bem como as táticas neofascistas de atuação e materialização do projeto do capital atravessam a educação pública, uma vez que o projeto educativo de uma determinada sociedade se relaciona fortemente aos processos societários mais abrangentes (MÉSZÁROS, 2008). Assim, ao analisarmos os sentidos mais profundos que estão implicados nos projetos societários neste período particular, bem como suas concepções e objetivos, buscamos compreender o que chamamos de conteúdo da proposta para a educação. A materialização destes projetos ocorre não como uma abstração, mas “via sujeitos e processos. Trata-se de sujeitos individuais e coletivos que estão cada vez mais organizados, em redes do local ao global, com diferentes graus de influência e que falam de diferentes lugares” (PERONI; LIMA, 2020).

Analisamos a atuação de empresas educacionais com atuação nas secretarias de educação e escolas, como o Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Instituto Positivo e Fundação Lemann, que disputam o conteúdo educativo e o cotidiano da escola, atuando na formação, na gestão escolar, na rotina e monitoramento. O conteúdo de suas propostas é vinculado ao empreendedorismo, gestão gerencial, meritocracia, premiação, competitividade, valores caros ao projeto do mercado. No entanto, contraditoriamente, mesmo vinculadas à reestruturação produtiva, seus princípios são fordistas com materiais fortemente estruturados e padronizados. O trabalhador criativo, que resolve problemas, trabalha em equipe não parece ser a pauta de formação dos alunos da escola pública para os institutos estudados.

Há elementos de ordem mais subjetiva como as competências socioemocionais (a exemplo da BNCC) e parâmetros objetivos que são também impostos por meio da atuação dos sujeitos privados na educação pública, que



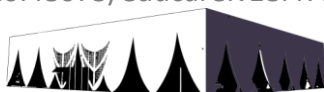
redefinam os processos educativos a partir de uma nova racionalidade. Da mesma forma, a relação com a teoria é transformada, em um processo de ressignificação do conhecimento e de sua apropriação pelos sujeitos em formação.

Destacamos ainda o papel desses institutos na formação continuada de professores e gestores, ou seja, a preocupação do capital com a produção social da força de trabalho: “assim, quando são privatizadas, as atividades, processos e formas pedagógicas envolvidas na produção de força de trabalho também são necessariamente privatizadas” (RIKOWSKI, 2017, p. 395). Além da disputa pelo fundo público, importa ao mercado interferir na política educacional (PERONI; ROSSI; LIMA, 2021), direcionando o conteúdo necessário para a formação de sujeitos em um projeto de classe cujo foco passa a ser a educação pública, responsável por mais de 80% das matrículas na educação básica.

Ao mesmo tempo, na perspectiva mais conservadora, as propostas para a educação tem centralidade na guerra cultural, uma vez que buscam a eliminação de posicionamentos críticos, como no caso da censura a professores (oficial ou extraoficialmente) fomentada pelo Programa Escola sem Partido; o treinamento ideológico para obediência e manutenção do status quo, com um nacionalismo e patriotismo acrítico, a exemplo do projeto de militarização de escolas; ou simplesmente a negação absoluta da instituição escolar, como ocorre com a proposta de ensino domiciliar. Em síntese, promove-se um projeto educativo cuja função é produzir cidadãos obedientes, ideologicamente treinados que contribuam para o perfeito funcionamento do sistema capitalista, pois neoconservadorismo e neofascismo, reforça-se, são formas societárias vinculadas ao capital.

### 3 DESAFIOS PARA O PRÓXIMO PERÍODO: DEMOCRATIZAÇÃO

No momento em que finalizamos este artigo, vivenciamos a vitória eleitoral do presidente Luís Inácio Lula da Silva para os próximos quatro anos. Mais do que um processo eleitoral, o que está em jogo no Brasil atual é o projeto de sociedade



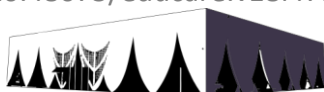
democrática. No entanto, o número expressivo de votos dos dois candidatos à presidência, assim como a composição do poder legislativo, demonstra que a sociedade brasileira está cindida. Há uma maioria no congresso eleito, com destaque ao senado federal, de perfil neoliberal e neoconservador, de modo que os elementos aqui apresentados continuarão presentes na sociedade civil e no aparelho de estado.

Assim, a democratização da sociedade e o fortalecimento do papel da educação neste processo são nossos maiores desafios para o próximo período. Uma vez que a democracia trata da materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social (PERONI, 2013), é necessário avançar no direito à educação para todos e com qualidade.

Historicamente o Brasil não foi capaz de materializar os direitos sociais em políticas universais, sendo o Estado, enquanto poder público, responsável pela garantia destes direitos. Evaldo Vieira (1998) aponta que não existe cidadania sem direitos e sem Estado, já que os direitos de cidadania nascem historicamente na sociedade, não se constituem uma dádiva.

Ao mesmo tempo, a democratização da educação (para todos e com qualidade social) compreende o aprendizado pela experiência democrática (THOMPSON, 1981), de coletivização das decisões, como parte do papel da escola na construção de uma sociedade democrática. A aprendizagem da democracia ocorre na experiência de participação através da eleição para diretores, conselho escolar, construção de relações de tolerância, de respeito à diversidade e não preconceituosas.

Relações baseadas em princípios democráticos são construídas na experiência: a democracia é pedagógica, é uma aprendizagem que envolve muitos conflitos, sendo o ambiente da escola um espaço privilegiado para esta construção. Neste mesmo sentido desenvolve-se a capacidade de o sujeito individual e coletivo construir e reconstruir na autocrítica da sua prática social o seu projeto de educação e de sociedade.

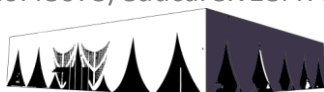


É preciso, portanto, garantir que a educação pública seja um terreno de construção coletiva, que acolha a diversidade (de pessoas, opiniões e modos de vida), permita a troca de ideias e promova o respeito às diferenças e a superação das desigualdades. Assim, é imperativo fazer frente aos projetos autoritários de censura ao trabalho docente, aos currículos, às manifestações culturais, entre outros, que avançaram no último período, com aval e apoio do aparelho do Estado.

Neste sentido, não podemos aceitar a atuação de instituições privadas na direção e execução de suas propostas na política educacional e diretamente nas escolas, retirando da comunidade educacional o seu protagonismo no projeto educativo e particularmente, retirando dos professores o seu papel intelectual de planejar suas aulas, em um processo claro de alienação, ao separar quem pensa (institutos privados com aulas padronizadas) em quem executa (professores). Pensar e atuar na formação e valorização dos professores é também um grande desafio para o próximo período.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Priorizamos, neste texto, trazer aspectos teóricos para análise, já que estamos dialogando com pesquisadores. Neste sentido, ressaltamos o processo de construção dos conceitos ao longo das pesquisas, assim como de pressupostos que acompanham a nossa trajetória, como por exemplo, das políticas educacionais serem a materialização de um movimento de correlação de forças que ocorre na sociedade em um período particular do capitalismo. Nos anos 2000 estudamos a terceira via, como a atual social-democracia, pela importância que tinha naquele período particular do capitalismo, para o aprofundamento das análises da relação entre o avanço do terceiro setor e da retirada do papel do Estado para com a execução das políticas sociais, compreendendo as semelhanças e diferenças entre neoliberalismo e terceira via, com suas especificidades, mas como diferentes expressões do capitalismo.



Assim sendo, o próprio movimento do real analisado no Brasil no período recente evidenciou outros sujeitos além do mercado, que atuam na educação disputando seu projeto societário, com consequências para a democratização da sociedade e mais especificamente da educação. Ressaltando aqui, que entendemos a relação entre o público e o privado como projetos societários em disputa. Neste sentido, no momento urge entender o neoliberalismo, neofascismo e neoconservadorismo, também como partes do capitalismo neste período histórico, com particularidades e especificidades.

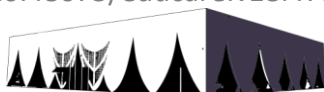
Entendemos que a privatização do público, pautada pelo neoliberalismo que avança no Brasil na década de 1980 com ideais do mercado, competitividade e individualismo, incorpora a partir dos anos 2010 elementos vinculados ao neoconservadorismo, como a discussão de fundo moral, a tradição e a família, que são distintas do neofascismo, mais recentemente incorporado às discussões que, por sua vez, tem como base o medo, a violência, a negação das instituições e que visa ser uma política de massas.

São elementos que representam as disputas societárias, muitas vezes entendidas nos termos de uma guerra cultural (Rocha, 2021), com graves implicações para a construção de um projeto democrático e inclusivo, vinculado à noção do público como construção societária.

Diante do exposto, entendendo a escola como um espaço privilegiado para a aprendizagem da democracia, consideramos que a lógica neoliberal-neoconservadora, aplicada aos processos educacionais da forma como se pretende, não apenas prejudica a efetivação da gestão democrática nas escolas, mas impede a construção de um projeto de país mais democrático nos sentidos mais amplos, com graves consequências para a justiça social e a materialização de direitos.

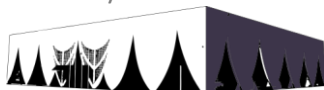
## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 50, 2017.





- AVRITZER, L. Política e antipolítica nos dois anos do governo Bolsonaro. *In:* AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (ORG.) **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 13-20.
- BERNARDI, L. M.; UCZAK, L. H.; LIMA, P. V. de. Redefinição das fronteiras entre o público-privado e implicações para a democratização da educação: o caso brasileiro. **Polifonías Revista de Educación**, v. VII, n. 19, p. 81-109, 2021.
- BOITO, A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Revista Crítica Marxista**, n. 50, p. 111-119, 2020.
- CAETANO, R. O protagonismo do setor privado na reforma do Ensino Médio no Brasil – o Instituto Unibanco e suas relações. *In:* PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V. de; KADER, C. R. (ORG.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 147-158.
- COUTO, C. G. Do governo-movimento ao pacto militar fisiológico. *In:* AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (ORG.) **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 35-50.
- DUARTE, A. de M.; CÉSAR, M. R. de A. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109146, 2020
- HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2014.
- GRAMSCI, A. **Sobre el fascismo: prólogo y selección de Enzo Santarelli**. México: Ediciones Era, 1974.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel a Política e o Estado Moderno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: ZOUK, 2019.
- LAVAL, C.; DARDOT, P. **La pesadilla que no acaba nunca**. Barcelona: Gedisa editorial, 2017.
- LIMA, P. V. de. **O projeto educativo da nova direita brasileira: sujeitos, pautas e propostas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.



MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

MOLL NETO, R. **Reaganation**: a nação e o nacionalismo (neo) conservador nos Estados Unidos (1981-1988). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PACHUKANIS, E. **Fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2020.

PERONI, V. M. V. A construção do Sistema Nacional de Educação e a gestão democrática em debate. In: ALMEIDA, L. C. *et al.* (ORG.). **PNE em foco**: políticas de responsabilização, regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação. Campinas: Cedes, 2013. p. 1021-1033.

PERONI, V. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e241697, 2020.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R.; LIMA, P. V. de. Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, n. 36, ago. 2021.

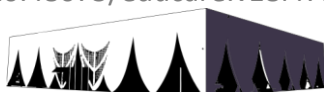
PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V. de. Políticas conservadoras e gerencialismo. **PRÁXIS EDUCATIVA** (UEPG. ONLINE), v. 15, p. 1-20, 2020.

PERONI, V. M. V. Relação público-privada: o papel da educação na construção de um projeto societário democrático. In: PERONI, V. M. V.; ROSSI, A. J.; LIMA, P. V. de (ORG.). **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e na América Latina**. São Paulo: Livraria da Física, 2021. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/gprppe/wp-content/uploads/2021/11/Dialogos-entre-o-publico-e-o-privado\\_digital.pdf](https://www.ufrgs.br/gprppe/wp-content/uploads/2021/11/Dialogos-entre-o-publico-e-o-privado_digital.pdf).

POGGI, T. Fascismo à brasileira. In: DEMIER, F.; FIUZA, J. (ORG.). **O neofascismo no poder** (Ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 47-68.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. **Nueva gramática del neo-liberalismo**: itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008. p. 21-78.

ROCHA, J. C. de C. **Guerra Cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós- político. Goiânia: Caminhos, 2021.



ROSSI, A. J.; BERNARDI, L. M.; UCZAK, L. H. Relações entre Estado e empresários no PDE/PAR: algumas contradições na política educacional brasileira. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 355-376, 2017.

RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**: a política do nós e eles. Porto Alegre: L&PM, 2018.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 228p.

VIEIRA, E. A. **O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS**. Serviço Social & Sociedade, v. 19, n. 56, p. 9-22, 1998.

WOOD, E. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

Recebido em: 30-11-2023

Aceito em: 26-04-2023

